

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16739 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 08 - Educação Superior

**POLÍTICAS DE INTERIORIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA: ENTRE VOCAÇÕES, PERSONALISMO E IMPROVISO.**

Kaue Tortato Alves - UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

Lucídio Bianchetti - UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

**POLÍTICAS DE INTERIORIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA: ENTRE VOCAÇÕES, PERSONALISMO E IMPROVISO.**

Nos limites desse resumo expandido trazemos para o debate alguns elementos teórico-metodológicos e resultados de pesquisa sobre “políticas de interiorização das universidades federais”, elaboradas e “atuadas” (Ball; Maguire; Braun, 2021) nas primeiras décadas do século XXI.

Para uma definição conceitual de “política de interiorização” é requisito existir uma concentração geográfica que justifique uma política de redistribuição territorial. No contexto material brasileiro o fenômeno foi condicionado pela associação da litoralização da colonização, à espacialidade e temporaneidade dos processos de industrialização-urbanização e da expansão-concentração da escolaridade, ao menos até o fim do século XX explicam a concentração geográfica, não somente das Universidades, mas de todo aparato estatal.

Assumimos uma episte-metodologia pluralista, combinando elementos da dialética-materialista inspirada em Kosik (2002) com um quadro de análise pós-estruturalista baseado na teoria de atuação de políticas de Ball, Maguire e Braun (2021). Na ausência de uma rede de pesquisas nacional sobre a interiorização ou territorialidade da educação superior nas fontes acessadas, decidimos analisar e sintetizar a essência da totalidade das recentes “Políticas de Interiorização das Universidades Federais” por meio de sua manifestação fenomênica, escolhendo Santa Catarina como *locus* empírico. O estado esteve ausente no *Programa Expandir* (Brasil, 2006), por isso, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) tornou-se a principal política indutora da recente interiorização. Além disso, as vagas tardiamente interiorizadas foram concentradas em poucas grandes cidades, indiciando possíveis contradições e/ou resistências. Sendo a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) a primeira instituição federal a atuar a política de interiorização em solo catarinense, seus quatro *campi* fora-de-sede (Araranguá, Curitiba, Joinville e Blumenau) foram escolhidos para um estudo de caso único incorporado (Yin, 2001, p. 64) no qual os principais procedimentos empíricos foram entrevistas e pesquisa documental.

As categorias “atuação de políticas” e “intérpretes de políticas” são assumidas e operadas nessa pesquisa visando a superação crítica das noções de “implementação e operadores de políticas”. Entretanto, é importante evitar conotações performativas ou artísticas aderidas aos conceitos (atuação e intérpretes) pelo senso comum, e para isso é necessário considerar o conceito filosófico de Atuação, entendida como “alteração ou transferência de algo de uma condição virtual, ideológica para o plano da realidade. Produzir efeitos ou resultados” (Dicio, 2023).

Essa matriz teórica sustenta uma distinção basilar entre os fatores materiais, interpretativos e discursivos das políticas, que constituiu o enquadramento das análises sobre os condicionantes e componentes e relações fundamentais da elaboração e atuação das políticas educacionais. Assim, na política de interiorização da UFSC, analisamos: 1) a base econômico-material da sociedade capitalista/brasileira/catarinense e da Instituição; 2) as traduções, interpretações e os interesses associados a grupos de influência em arranjos locais, regionais e institucionais; e 3) a explicitação de tais fatores traduzidos na superestrutura normativa e “contratual” da política de interiorização. Neste contexto, a investigação empírica foi direcionada para abordar o seguinte problema de pesquisa: de que forma a interação dialética desses três elementos moldou a atuação da política tácita de interiorização da UFSC, resultando na criação, construção e “consolidação” dos *campi* fora-de-sede?

Para desnaturalizar a distribuição geográfica heterogênea dos *campi* das universidades federais (UF), realizamos um exercício de recapitulação historiográfica que evidenciou uma dinâmica de ciclos de expansão-reversão dos *campi* das federais. Após a expansão no nacional-desenvolvimentismo, seguiu-se uma estagnação que dissimulou os efeitos elitistas da interiorização privatizada através das diretrizes de “expansão pela concentração” (integrada à doutrina de “desenvolvimento com segurança”) seguida e associada às doutrinas neoliberais. A interiorização da UFSC é descrita integrada a uma totalidade nacional de capitalismo-dependente, um estado periférico onde a tríade neoliberal (desregulamentação-reversão-privatização) emergiu precocemente, inibiu a interiorização federal e reservou territórios para faculdades fundacionais, fazendo isso por meio de ações coordenadas entre o governo estadual, a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE) e o Ministério da Educação (MEC).

Relacionamos a historiografia anteriormente mencionada, com a emergência da política neodesenvolvimentista (Sampaio Jr, 2012) e com uma revisão narrativa da produção acadêmica sobre o recente ciclo de expansão das federais, cuja expressão mais divulgada foi o Reuni (Brasil, 2014). Em complemento, as entrevistas possibilitaram-nos compreender como as relações de diferentes atores em nível nacional (Grupo de Trabalho Interministerial, Associação Nacional dos Dirigentes da Instituições Federais de Educação Superior, Academia Brasileira de Ciências) resultaram em textualizações de políticas ao mesmo tempo direcionadas pela Nova Gestão Pública (NGP) (gerencialismo e retóricas da eficiência e qualidade) mas abertas a interpretações, adesões e resistências (Araújo; Pinheiro, 2010; Léda; Mancebo, 2009).

A literatura científica sobre a interiorização da UFSC foi revisada e relacionada às entrevistas com membros das três gestões da reitoria e ex-diretores dos *campi* fora da sede, agentes públicos da tradução e atuação da interiorização no período desde a adesão ao Reuni, em 2007, até a institucionalização dos *campi* em 2016. O cotejamento e análise das pesquisas documental, bibliográfica e entrevistas nos permitiu compreender as “traduções de políticas”, escassamente formalizadas e frequentemente baseadas em diretrizes opacas e mutáveis, e revelou aspectos pouco conhecidos sobre a escolha das localizações dos *campi*.

Os relatórios de gestão e alguns autores (Bastos, 2023; Machado, 2014) justificam que as escolhas dos cursos visavam a atender às demandas locais. Contudo, apesar dos indícios documentais das audiências públicas, questiona-se a efetividade e representatividade dessa participação. Corroboram essa hipótese de que essas foram decisões discricionárias e baseadas em visões subjetivas e sincréticas dos arranjos produtivos locais os trabalhos de Machado (2015) e Silva (2013), os depoimentos dos entrevistados e a indisponibilidade de documentos contendo os relatos detalhados das audiências ou os estudos sistemáticos (econômicos, sociológicos ou educacionais) que fundamentaram as duas rodadas de definição de cursos e áreas de conhecimento para os *campi*. Dado o exposto, problematizamos a retórica do atendimento às "vocações regionais" e revelamos as contradições entre o discurso oficial de planejamentos coerentes e por outro lado os improvisos, casuísmos, fragmentariedade e pessoalidade, evidenciados na atuação das políticas da interiorização, cuja materialidade foi fortemente marcada por atrasos em obras e contratações, limitações orçamentárias e subdimensionamento com sobrecarga laboral de setores administrativos.

Na articulação entre a indução política pelo Reuni e as relações de poder inerentes à história institucional, revelamos que os cursos originalmente pactuados foram redefinidos, tendo como justificativas “atender às demandas da comunidade local” e a interpretação de que constituía um imperativo do Reuni criar inovações pedagógicas, aos moldes dos Bacharelados Interdisciplinares (BI). A redefinição oportunisticamente reaproveitou para os *campi* do interior três propostas de cursos originalmente planejadas para dois centros da sede (o Centro Tecnológico e o Centro de Ciências Agrárias). Posteriormente, os principais intérpretes, tradutores, facilitadores da política curricular dos BI, planejada e rejeitada pela/para a sede, foram designados como os primeiros diretores dos *campi*. Tais pioneiros, como empreendedores e intérpretes das políticas de interiorização e de inovação curricular e administrativa, tacitamente puseram em ação uma estratégia de atuação por “povoamento”, na qual “tornar alguém responsável por uma política é a [própria] atuação da política e sua incorporação” (Ball; Maguire; Braun, 2021, p. 81). A escolha dos diretores dos *campi* permaneceu sendo discricionária e convenientemente realizada por indicação da reitoria, justificado primeiramente na necessidade de estabilidade para atuação da política, e secundariamente na ausência de normas para a sistemática da escolha democrática dos gestores daquelas novas unidades, situação que permaneceu indefinida por oito anos.

Com isso, evidenciou-se nos *campi*-fora-de-sede a reconstrução de diferentes coalisões, então presentes na sede, o que tornou possível descrever as políticas de

interiorização como objetos de significações e disputas. Nessa perspectiva destacamos a existência na gestão da universidade de um complexo movimento de disputas entre o trabalho individual e o trabalho coletivo. No interior das gestões alguns priorizavam a participação em plenárias e a construção de consensos, e outros se inclinavam para decisões individualizadas e centralizadas, secundando a participação. Contrariando a ilusão republicana de que as disputas entre coalisões e/ou setores da universidade ocorreriam em órgãos colegiados – com espaços e tempos delimitados por normas e regras impessoais e universais –, na realidade as rupturas e mudanças de maior impacto, foram formuladas em gabinete ou em pequenos grupos de trabalho, em traços patrimonialistas (Faoro, 2001). Essas mudanças foram politicamente articuladas em “conversas de corredor”, reuniões de grupos informais de diretores e/ou lideranças, e raramente justificadas por diagnósticos e/ou audiências públicas frágeis em sistematização e documentação. Fruto desses movimentos, emergiram e/ou definharam as diretrizes de não departamentalização e formação em dois ciclos (BI) e a proposta de Federalização da FURB, bem como, foram criados e arranjados os departamentos fora de sede, novos cursos com terminações escolhidas desde o vestibular, a Institucionalização dos *campi* no Regimento e Estatuto da Instituição, e heteronomamente surgiram os cursos de medicina e o Campus de Blumenau.

Essas características agravaram e prolongaram algumas precariedades típicas dos primeiros tempos. Nesse sentido, sustentamos que a ociosidade de vagas nos *campi* pode ser efeito da majoração das ofertas de ingresso em compensação ao descumprimento do pacto pela sede associada à falta de diversificação dos cursos no interior. Quando essa “diagnóstico” é associado à ideologia economicista da NGP, submete a política de interiorização aos riscos da descontinuidade de cursos e paroquialização das áreas de atuação. Cabe às comunidades dos *campi* envidarem esforços para elaborar, traduzir e atuar políticas próprias, capazes de transcender o conservadorismo agregado à noção de consolidação.

A despeito das limitações, dos empecilhos e da diferença entre o planejado e o executado, os quatro *campi* fora de sede da UFSC representaram passos importantes e qualificados para aproximar os bens públicos dos beneficiários desses territórios, que de outra forma teriam dificuldades de acessar a universidade pública. De outra parte a interiorização representou desafios importantes no sentido de a própria Universidade (re)avaliar-se em termos no tocante ao ensino, pesquisa e extensão e sua gestão democrática. E, por fim, conforme um dos entrevistados: “a UFSC deixou de ser ‘Universidade Federal de Florianópolis’ para transformar-se em Universidade Federal de Santa Catarina”.

**PALAVRAS-CHAVE:** Interiorização das Universidades Federais; Reuni; *Assimetrias Regionais ou Desigualdades Territoriais*; Universidade Federal de Santa Catarina, Atuação de Políticas Públicas.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Arlete Duarte de; PINHEIRO, Helano Diógenes. Reforma gerencial do Estado e rebatimentos no sistema educacional: um exame do REUNI. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 69, p. 647–668, 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40362010000400002&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362010000400002&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 14 jun. 2022.

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias**. tradução: Janete Bridon. 2. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2021.

BASTOS, Jacqueline Maria. **A expansão da Educação Superior no Brasil: uma avaliação sobre a implantação do Reuni**. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional) - Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014**. Brasília: Ministério da Educação, 2014.

BRASIL. **Expansão das Universidades Federais: o sonho se torna realidade! Período 2003 a 2006**. [S. l.]: Secretaria de Educação Superior, 2006. Disponível em: Acesso em: 16 jun. 2022.

DICIO, Dicionário Online de Português. **Atuação**. In: DICIO: DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. Porto: 7Graus, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/atuacao/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3 (1ª rev)ed. São Paulo: Globo, 2001.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. tradução: Célia Neves; Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LÉDA, Denise Bessa; MANCEBO, Denise. REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 49–64, 2009.

MACHADO, Cibeli Borba. **Formação da Identidade Organizacional: um estudo na Universidade Federal de Santa Catarina - Campus Araranguá**. 2015. 223 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Programa de Mestrado Acadêmico em Administração da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/00006e/00006efc.pdf>.

MACHADO, Cibeli Borba. Processo de formação de estratégias: uma análise da

expansão universitária da UFSC. *In*: XIV COLÓQUI INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 2014, Florianópolis. **XIV Colóqui Internacional de Gestão Universitária**. Florianópolis: [s. n.], 2014. p. 15.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 672–688, 2012.

SILVA, Juarez Beto da. **Breve Histórico do Campus Araranguá: Agosto/2009 a Outubro/2013**. Araranguá: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos**. tradução: Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.